



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DO PODER JUDICIÁRIO – PJe ES

AVISO DE PROCEDIMENTO

Nº: 001/2019
Data: 08/03/2019
Versão: PJe 1.7.2.23

1.Descrição

Atualização da tabela de Movimentos no sistema PJe.

2.Finalidade

Apresentar as alterações realizadas na tabela de movimentos do sistema PJe, decorrentes da atualização das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ, disponibilizada em 15/01/2019, conforme tabela que segue abaixo.

CÓDIGO	APLICAÇÃO	TIPO DE OPERAÇÃO REALIZADA NO PJe		NOME NA ARVORE	DETALHAMENTO		
		Inclusão	Inativação		MOVIMENTO LANÇADO NO SISTEMA	GLOSSÁRIO CNJ	ANOTAÇÕES/REPERCUSSÃO SISTEMA PJE
12185	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Decisão Interlocutória de Mérito	Decisão Interlocutória de Mérito	Usar quando o magistrado decidir parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355.	-
12387	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Decisão de Saneamento e Organização	Decisão de Saneamento e de Organização do Processo	Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo: I - resolver as questões processuais pendentes, se houver; II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos; III - definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373; IV - delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito; V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.	-
12261	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Emenda a inicial	Recebida a emenda à inicial	Movimento "recebimento de emenda a inicial" para os casos respectivos ocorridos no processo civil.	O CNJ só habilitou o Movimento 1º Grau, 2º Grau, Juizado Especial e Militar. Estendemos para Turma Recursal, Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização.

12300	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Nomeação	Nomeado(a)	Nota: somente usar este se os movimentos 12301 a 12306 não forem apropriados para o caso.	O CNJ só habilitou o Movimento 1 Grau, 2 Grau, Juizado Especial e Militar e Turma Recursal. Cremos pertinente estender para Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização.
12301	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Advogado Voluntário	Nomeado advogado voluntário	Indica a decisão que nomeia o advogado voluntário interessado na prestação de assistência jurídica sem contraprestação pecuniária do assistido ou do Estado, a qualquer título. Resolução CJF n. 558/2007 e Resolução CNJ n. 62/2009.	O CNJ só habilitou o Movimento 1 Grau, 2 Grau, Juizado Especial e Militar e Turma Recursal. Cremos pertinente estender para Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização.
12302	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Curador	Nomeado curador	Indica a decisão que nomeia o curador, nos termos do art. 72 do CPC .	O CNJ só habilitou o Movimento 1 Grau, 2 Grau, Juizado Especial e Militar e Turma Recursal. Cremos pertinente estender para Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização.
12303	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Defensor Dativo	Nomeado defensor dativo	Indica a decisão que nomeia o defensor dativo, nos termos dos arts. 5º da Lei 1.060/1950, 263 do CPP e da Resolução CJF n. 558/2007.	O CNJ só habilitou o Movimento 1 Grau, 2 Grau, Juizado Especial e Militar e Turma Recursal. Cremos pertinente estender para Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização.
12304	1 GRAU TURMA RECURSAL	X		Intérprete/Tradutor	Nomeado intérprete/tradutor	Indica a decisão que nomeia o intérprete ou tradutor, nos termos dos arts. 162 do CPC, 192, parágrafo único, 193 e 236 do CPP e da Resolução CJF n. 558/2007.	O CNJ só habilitou o Movimento 1 Grau, 2 Grau, Juizado Especial e Militar e Turma Recursal. Cremos pertinente estender para Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização.
12305	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Outros auxiliares de justiça	Nomeado outro auxiliar da justiça	indica a decisão que nomeia outros auxiliares da justiça, tais como o leiloeiro, o depositário, o administrador etc.	O CNJ só habilitou o Movimento 1 Grau, 2 Grau, Juizado Especial e Militar e Turma Recursal. Cremos pertinente estender para Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização.
12306	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Perito	Nomeado perito	Indica a decisão que nomeia o perito, nos termos dos arts. 465 do CPC, 135, § 2º e 159, § 1º do CPP e da Resolução CJF n. 558/2007.	O CNJ só habilitou o Movimento 1 Grau, 2 Grau, Juizado Especial e Militar e Turma Recursal. Cremos pertinente estender para Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização.
12307	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Decretação de revelia	Decretada a revelia	Indica a decisão que decreta a revelia de réu, nos termos dos arts. 20 da Lei 9.099/1995 e 344 do CPC.	O CNJ só habilitou o Movimento 1 Grau, 2 Grau, Juizado Especial e Militar e Turma Recursal. Cremos pertinente estender para Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização.
12308	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Substituição/Sucessão	Concedida a substituição/sucessão de parte	Indica a decisão que defere a substituição das partes ou dos procuradores, nos termos do art. 108 do CPC	O CNJ só habilitou o Movimento 1 Grau, 2 Grau, Juizado Especial e Militar e Turma Recursal. Cremos pertinente estender para Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização.
12298	1º GRAU	X		Cancelamento de Dívida Ativa	Modifica a situação para "Julgado".	Indica a sentença que extingue a execução fiscal sem resolução do mérito em decorrência do cancelamento da inscrição do executado na dívida ativa, nos termos do art. 26 da Lei 6830/80.	Modifica a situação para "Julgado".
12359	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Liminar Prejudicada	Liminar Prejudicada	Movimento que deve ser usado quando a análise do pedido liminar é prejudicado, em razão de ter sido proferido decisão sobre o mérito do pedido.	Retira a apreciação de Liminar. CNJ não habilitou p Justiça Estadual, e nós liberamos.

12150	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Impedimento	Declarado impedimento por "nome do magistrado" ---> ALTERADO PARA: Declarado impedimento por#{nome_do_magistrado}	Quando o juiz declara <i>ex officio</i> o seu impedimento.	O CNJ inseriu complemento no movimento, mas não criou o complemento. O TJES já criou o referido movimento (COD. 1035). Adequamos a NOMENCLATURA DO COMPLEMENTO AO FORMATO CNJ no movimento. O CNJ não habilitou para Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização, cremos pertinente sua habilitação (habilitamos no TJES).
269			X	Impedimento ou Suspeição	Declarado impedimento ou suspeição	Quando o juiz declara <i>ex officio</i> o seu impedimento ou suspeição.	INABILITADO NO CNJ
12151	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Suspeição	Declarada suspeição por "nome do magistrado" ---> ALTERADO PARA: Declarada suspeição por#{nome_do_magistrado}	Quando o juiz declara <i>ex officio</i> a sua suspeição.	O CNJ colocou complemento no movimento, mas não criou o complemento. O TJES já criou o referido movimento (CD. 1035) porque precisou para para implementar controles em Turma Recursal no PJe. adequamos a NOMENCLATURA DO COMPLEMENTO AO FORMATO CNJ no movimento. O CNJ não habilitou para Juizado Especial da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização, cremos pertinente sua habilitação (habilitamos no TJES).
12320	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Denegação de prevenção	Denegada a prevenção	Movimento utilizado para o não reconhecimento de prevenção de competência pelo magistrado.	Não habilitado pelo CNJ para Justiça Estadual, cremos pertinente sua habilitação (habilitamos no TJES).
12255	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Redistribuição por prevenção	Determinação de redistribuição por prevenção	Movimento próprio para cadastramento de decisão que determine a redistribuição dos autos por existir juízo preventivo	Não habilitado pelo CNJ para Justiça Estadual, cremos pertinente sua habilitação (habilitamos no TJES).
377	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Acordo em execução ou em cumprimento de sentença	Homologado Acordo em execução ou em cumprimento de sentença	Registra a decisão do Juiz que homologa o acordo. A execução somente se extinguirá com sentença, a ser registrada em Julgamento;Com resolução de mérito;Extinção da execução ou cumprimento de sentença. Não se confunde com Julgamento;Com resolução de mérito;Homologação de transação, que é aplicável aos processos de conhecimento.	O CNJ só habilitou para Justiça Militar Estadual, cremos pertinente sua habilitação em todas as competências (habilitamos no TJES).
12164	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Outras Decisões	Decisão proferida	Somente deve ser utilizada nos casos em que não é possível utilizar os demais movimentos constantes do movimento-pai 3 (Decisão)	O TJES criou o movimento que é lançado no sistema, porque o CNJ só habilitou o movimento na árvore.

12100	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Por decisão do Presidente do STF - IRDR	Suspensão por Decisão do Presidente do STF – IRDR	As partes, ou MP ou a Defensoria podem requerer no STF a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente já instaurado, a fim de garantir a segurança jurídica. (art. 943, §3º). Também, a parte no processo em curso no qual se discuta a mesma questão objeto do incidente (a "tese jurídica") é legitimada para requerer a já referida suspensão. (art. 943, §4º).	Altera a Situação do processo: SUSPENSO. O CNJ não habilitou para Juizado Especial da Fazenda Pública, e não habilitou a visibilidade externa. Entendemos pertinente a habilitação.
12099	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Por decisão do Presidente do STJ - IRDR	Suspensão do Decisão do STJ – IRDR	As partes, ou MP ou a Defensoria podem requerer no STJ a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente já instaurado, a fim de garantir a segurança jurídica. (art. 943, §3º). Também, a parte no processo em curso no qual se discuta a mesma questão objeto do incidente (a "tese jurídica") é legitimada para requerer a já referida suspensão. (art. 943, §4º).	Altera AUTOMATICAMENTE a Situação do processo no ato da decisão proferida.: SUSPENSO.
947			X	Por pendência de AIREsp	Processo Suspenso ou Sobrestado por Por-pendência de AIREsp		INABILITADO NO CNJ
12259	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, CPC)	Determinação de suspensão ou sobrestamento dos autos em razão de prescrição intercorrente	Processos sobrestados sem a manifestação do credor sobre a localização de bens passíveis de penhora e aguardando decurso do prazo da referida prescrição	Altera AUTOMATICAMENTE a Situação do processo no ato da decisão proferida: SUSPENSO. O CNJ não habilitou para Juizado, Turmas, Juizado da Fazenda Pública e Turma Estadual de Uniformização. Cremos pertinente sua habilitação (habilitamos no TJES).
12310	TURMA RECURSAL	X		Pauta	Pauta	Movimento referente a despachos do magistrado sobre pauta	O CNJ não habilitou o movimento para a Justiça Estadual(habilitamos para o TJES)
12311	TURMA RECURSAL	X		Pedido de inclusão	Pedido de inclusão em pauta	Movimento referente a pedido de inclusão em pauta pelo magistrado.	O CNJ não habilitou o movimento para a Justiça Estadual(habilitamos para o TJES)
12312	TURMA RECURSAL	X		Retirar pedido de inclusão	Retirado pedido de inclusão em pauta	Movimento referente a retirada de pedido de inclusão em pauta por magistrado.	O CNJ não habilitou o movimento para a Justiça Estadual(habilitamos para o TJES)
12258	TURMA RECURSAL	X		Emissão de juízo de retratação pelo Órgão Julgador	Emitido Juízo de retratação pelo colegiado	Movimento de julgamento relativo à emissão de juízo de retratação referente aos julgados sobre os quais há interposição de Recurso Especial ou Recurso Extraordinário.	Altera a Situação do processo: JULGADO
12187	1º GRAU	X		Homologação de Decisão de Juiz Leigo	Homologada a Decisão de Juiz Leigo	CNJ Não disponibilizou glossário.	O CNJ criou o movimento na árvore, mas não especificou o movimento que deve ser lançado no sistema. Nós cadastramos no PJe "Homologada a Decisão de Juiz Leigo". Altera a Situação do processo AUTOMATICAMENTE: JULGADO. O CNJ não habilitou para Juizado Especial da Fazenda Pública, entendemos pertinente sua habilitação. Por não haver atuação do Juiz Leigo em 2º grau e Turma,realizamos a INABILITAÇÃO.

465			X	Confusão entre autor e réu	Extinto o processo por confusão entre autor e réu	Registra a situação em que o autor ou o réu sucede a outra parte. CPC, Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:[...] X - quando ocorrer confusão entre autor e réu;	INABILITADO NO CNJ
12256	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Continência	Extinto o processo sem resolução de mérito por continência		Altera a Situação do processo: JULGADO. O CNJ não habilitou para Turmas, Juizado da Fazenda Pública e Turma de Uniformização, entendemos pertinente sua habilitação (habilitamos no TJES).
12325	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Perda do objeto	Extinto os autos em razão de perda de objeto	Movimento para a extinção dos autos em razão de perda de objeto.	Altera a Situação do processo: JULGADO. O CNJ não habilitou o movimento para a Justiça Estadual(habilitamos para o TJES)
12319	1º GRAU TURMA RECURSAL	X		Não conhecimento do pedido	Pedido não conhecido de#{nome_da_parte}	Movimento para quando o magistrado ou colegiado não conhecer do pedido.	Altera a Situação do processo: JULGADO. O CNJ não habilitou o movimento para a Justiça Estadual(habilitamos para o TJES). Inserimos complemento criado pelo Comitê de Taxonomia.

FONTE: https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_movimentos.php

NOTAS:

1. A presente publicação visa a publicizar a atualização do PJe quanto aos Movimentos e sua repercussão no sistema.
2. Há outros movimentos disponibilizados pelo CNJ, mas que dependem de tratamento pela equipe PJe/TJES para sua liberação no sistema (repercussões no fluxo, automação etc)